



P
**ARA APRENDER
COM A TERRA**
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS
DE GEOCIÊNCIAS
NO ESPAÇO LUSÓFONO

Henriques, M. H., Andrade, A. I.,
Quinta-Ferreira, M., Lopes, F. C.,
Barata, M. T., Pena dos Reis, R.
& Machado, A.

Coordenação

GEOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA
NO VALE DO PATI – PARQUE NACIONAL DA
CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA, BRASIL)

GEOTOURISM AND ADVENTURE TOURISM IN
THE PATI VALLEY – CHAPADA DIAMANTINA
NATIONAL PARK (BAHIA, BRAZIL)

J. R. de Almeida¹, K. Suguio² & V. Galvão³

Resumo – O Parque Nacional da Chapada Diamantina está localizado em uma área de 152.000 hectares na região centro-oeste do estado da Bahia e envolve municípios importantes para o desenvolvimento turístico do Estado. Citado como o “Grand Canyon” brasileiro por sua geodiversidade e cenários exuberantes, esta Unidade de Conservação possui um potencial turístico com características diversificadas. O Vale do Pati está situado na área central do parque e é considerado uma das principais áreas de *trekking* do Brasil. Anualmente, recebe ecoturistas aventureiros de diversas partes do mundo. Além da “adrenalina” contida na prática do turismo de aventura, alguns turistas realizam o reconhecimento, através da apreciação da beleza cênica e paisagística de um número variado de atrativos naturais, tais como: cachoeiras, cânions, morros, corredeiras, grutas, cavernas e outros atrativos contidos no patrimônio abiótico regional. Algumas dessas atrações são catalogadas pelo Serviço Geológico do Brasil como sítios geológicos, portanto fazem parte de roteiros específicos do geoturismo. Para realização das atividades de geoturismo e turismo de aventura é necessário que os praticantes repousem e se alimentem nas casas de nativos, pertencentes às comunidades de garimpeiros manuais e agricultores de base familiar, sendo assim fortalecida a existência do turismo de base comunitária. Neste trabalho é realizada uma análise do potencial turístico do Vale do Pati, apontando a existência de três segmentos como o turismo de aventura, o geoturismo e o turismo de base comunitária, focado no desenvolvimento de comunidades, que de certa forma, estão encontrando nessas atividades uma alternativa socioeconômica para sua subsistência.

¹ Grupo de Pesquisas Ambientais da Universidade de Guarulhos, Brasil; ricacotur@ig.com.br

² Instituto de Geologia da Universidade de São Paulo, Brasil

³ Instituto de Geociências da Universidade Estadual Paulista, Brasil; branco_geo@yahoo.com.br

Palavras-chave – Parque Nacional da Chapada Diamantina (Brasil); Geoturismo; Turismo de Aventura; Turismo de Base Comunitária

286

Abstract – The Chapada Diamantina National Park extends through an area of about 152,000 hectares in the Bahia State, western central region in the northeastern Brazil, and is very important for the touristic activities development of some regional municipalities. This protected area is frequently referred as the “Brazilian Grand Canyon”, due to its magnificent geodiversity, that is characterized by plentiful scenarios. The Pati Valley, located in the central portion of this national park, is considered frequently as one of the most important trekking areas in Brazil and receives yearly many domestic and foreign adventure tourists. They are attracted by several fascinating natural allurements represented by beautiful rapids and waterfalls, besides labyrinthic hollows and caves that setup the regional abiotic heritage. Some of these patrimonies have been chosen as geological sites and then integrate specific geotourism routes. The Pati Valley cross-route represent one of the ecotouristic worldwide trekkings, nevertheless almost unknown, besides the development of geotourism and adventure touristic activities. The participants must be lodged and nourished in local inhabitant homes, that belong to the artisanal diamond miners and family based farmers, thus strengthening the community based tourism. This paper deals with the relationship between the Pati Valley touristic potentialities revealed by three segmented activities, which are adventure, geoscientific and community based tourism, which supply the local inhabitants with a convenient socio-economical subsistence resource.

Keywords – Chapada Diamantina National Park (Brazil); Geotourism; Adventure Tourism; Community-Based Tourism

1 – Caracterização Geoambiental e Histórica da área de estudo

Segundo PEREIRA (2010), a Chapada Diamantina é constituída por um conjunto de relevos serranos e planaltos, situados na porção central do Estado da Bahia, que faz parte da extremidade setentrional de uma cadeia montanhosa que se estende desde o Sul de Minas Gerais até ao Norte da Bahia, nacionalmente conhecida como Serra do Espinhaço (Fig. 1).

Segundo ALMEIDA (1977), o conjunto de relevos que compõem a região se enquadra no contexto geológico do Cráton do São Francisco, formado essencialmente por rochas sedimentares, com metamorfismo de baixo grau com idade proterozóica. Os registros geológicos, fossilíferos e isotópicos destas rochas indicam uma evolução complexa, ocorrida durante um intervalo de tempo superior a 1,7 bilhão de anos, que compreende eventos de diversas naturezas, como vulcanismo, formação de bacias sedimentares e deformações tectônicas, dentre outros (MISI & SILVA, 1996).

Conforme INDA *et al.* (1984), as rochas que constituem a Serra do Espinhaço, em Minas Gerais e Bahia, e a Chapada Diamantina, neste último Estado, são agrupadas no Supergrupo Espinhaço, o qual é constituído por sequências de rochas clásticas, principalmente quartzíticas. Na Chapada Diamantina afloram rochas que fazem parte das coberturas mesoproterozóicas e neoproterozóicas do Brasil. Estas rochas, essencialmente terrígenas, foram depositadas ao longo de um intervalo do tempo geológico, de pelo

menos 700 milhões de anos (PEDREIRA, 1997). Devido ao seu baixo grau metamórfico preservam, de forma excepcional, as estruturas sedimentares, que tornam possível deduzir, com um certo grau de precisão, os processos e os ambientes de deposição originais.



Fig.1 – Localização da Serra do Espinhaço no território brasileiro, destacando a região da Chapada Diamantina, situada na extremidade Norte deste sistema orográfico.
Modificado de Mapa Geodiversidade do Brasil (CPRM, 2006).

As altitudes variam entre 320 m, ao longo da calha do rio Paraguaçu na bacia Una-Utinga, até máximo de 1620 m, na Serra do Sincorá. A Chapada Diamantina abriga as nascentes que formam as principais bacias hidrográficas do Estado da Bahia (PEREIRA, 2010). De acordo com NOLASCO (2002), as características originais e os regimes hidrológicos das drenagens locais foram bastante alterados em função das atividades de garimpo, iniciadas em torno de 1840, quando a ação antrópica foi relevante na alteração das paisagens, até a sua configuração atual.

A região teve dois ciclos de mineração, representados no início pelo do ouro, e posteriormente pelo do diamante, que impulsionou a mineração, com mobilização de um número superior de pessoas, sendo assim fator fundamental no povoamento na região (TEIXEIRA *et al.*, 2005). A cidade de Lençóis não está entre as primeiras povoações formadas pelo garimpo de diamante, contudo, foi a mais representativa de todas, transformando-se rapidamente em uma espécie de “Capital das Lavras Diamantinas”. A comercialização de diamantes para exportação e o surgimento do diamante “carbonado” (um tipo de diamante mais impuro, usado na indústria), fizeram da cidade de Lençóis um centro econômico e político importante (GUANAES, 2006).

As primeiras descrições da paisagem da Chapada Diamantina remontam ao século XIX e correspondem aos relatos dos naturalistas alemães Spix & Martius, que percorreram o Brasil entre 1817 e 1820 (SPIX & MARTIUS, 1828). Estes viajantes foram os primeiros a divulgar o potencial mineiro da região. A expedição de Spix & Martius passou por sérias dificuldades ao atravessar a região, e até foram abandonados pelo guia. Face às adversidades enfrentadas, foram obrigados a deixar pelo caminho parte do material geológico coletado na região.

A Chapada Diamantina ocupa uma área de 64.303 km², cerca de 10% da área territorial do Estado da Bahia. Segundo BRITO (2005), com a decadência da atividade mineira, o prefeito da cidade de Lençóis, Olímpio Barbosa Filho, viu no turismo uma alternativa econômica para o município e criou então o Conselho Municipal de Turismo em 1961; posteriormente inscreveu o município no programa de cooperação do governo americano dos Corpos da Paz (*Peace Corps*) e foi criada uma forte mobilização social, que culminou com o tombamento da cidade de Lençóis pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), no ano de 1973, em função do patrimônio arquitetônico ali existente.

Na década de 80 do século xx, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, surgiu na região o movimento SOS Chapada, que desenvolveu trabalhos voltados à diminuição dos problemas ambientais locais. Na mesma sequência, chegou também à cidade de Lençóis um membro dos Corpos da Paz, especialista em fitofisiologia e familiarizado em políticas dos parques nacionais americanos, que se encantou com as belezas naturais locais e passou a fomentar a criação de um parque na região (BRITO, 2005).

Em consequência, foi criado em 1985 o Parque Nacional da Chapada Diamantina, cujos limites estão intimamente vinculados com os limites geográficos da feição geomorfológica da Serra do Sincorá. A criação do Parque Nacional impulsionou o turismo nas proximidades da cidade de Lençóis, que passou a contar com série de investimentos governamentais em infra-estrutura básica e desenvolvimento institucional, voltadas tanto para a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, quanto para a atração de investimentos ligados ao turismo no setor privado (PEREIRA, 2010).

O turismo se tornou uma nova alternativa econômica e a região passou a receber moradores advindos de outras partes do país e mesmo do exterior, atraídos tanto por um estilo de vida mais bucólico em contato com a natureza, como também pelas perspectivas que se abriram com a atividade turística. Apesar disso, a população nativa da região, fixada em áreas rurais, conserva um hábito de vida historicamente ligado às atividades extrativistas, mas ficaram impedidos destas práticas habituais e, na sua maioria, não se adaptaram a outras atividades, pois com a criação do Parque Nacional veio uma série de restrições impostas, tais como, a caça, ao garimpo, ao plantio de roças. Em casos mais extremos, os nativos foram obrigados a deixar suas terras, uma vez que este tipo de Unidade de Conservação (Proteção Integral) não permite a existência de moradores dentro da área do Parque.

Esta situação ilustra a carência da região e a necessidade de um programa de planejamento e/ou política de envolvimento da população local em atividades de conservação e, ao mesmo tempo, com oferta de uma alternativa econômica de subsistência para os habitantes, que se vêm impedidos de exercer as suas atividades habituais. Esse impasse dificulta a consagração do Parque, como uma área protegida e devidamente implementada, pois passados 25 anos de sua criação, o mesmo ainda não resolveu este problema.

2 – Objetivo e método

Apesar do potencial geocientífico do Parque Nacional da Chapada Diamantina, existem poucos trabalhos de cunho acadêmico, enfocando seus aspectos, principalmente de caráter socioambiental ou geoturístico. Partindo deste princípio, este trabalho em questão tem o objetivo de demonstrar, de maneira interdisciplinar, a relação entre os

fatores distintos, que estão totalmente direcionados à geoconservação e à sustentabilidade econômica das comunidades residentes no Parque, bem como a existência de dois segmentos: o geoturismo e o turismo de aventura, que estão diretamente envolvidos com o desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária, uma atividade que, de maneira informal, vem servindo como uma alternativa socioeconômica para as populações remanescentes no interior do Parque.

Para realizar esta análise foi necessário uma pesquisa bibliográfica geológica e ambiental para caracterização dos atrativos, bem como para conceituação das vertentes ligadas ao geoturismo, turismo de aventura, turismo sustentável e turismo de base comunitária. Posteriormente, foi necessário trabalho de campo para confirmar a existência e prática de atividades diretamente relacionadas.

3 – Turismo de Aventura no Vale do Pati

O Vale do Pati está localizado na parte central do Parque, exhibe grande variedade de relevo e, devido à sua posição geográfica, é considerado como um dos refúgios paisagísticos mais belos do Brasil. Além disso, possui uma riquíssima flora, peculiar, representada por jardins naturais da vegetação rupestre, pelos campos gerais e pelas florestas estacionais de altitude (GUANAES, 2006). Segundo o mesmo autor, em decorrência da sua exuberante beleza, é um lugar visitado por aqueles que gostam de fazer caminhadas em ambientes naturais.

Segundo ALMEIDA (2005), as caminhadas (*trekking*) e as travessias por campos naturais constituem modalidades do turismo de aventura, e geralmente este tipo de segmento leva à prática dessas atividades em destinações exóticas; algumas delas, na verdade, podem ser relacionadas a outros segmentos, tais como; o ecoturismo ou geoturismo. O que diferencia o turismo de aventura de outros segmentos é a situação de risco implícita na atividade; uma caminhada por lugares selvagens e íngremes pode proporcionar um contato bastante estreito e ser uma forma instigante de conviver com a natureza, mas ao mesmo tempo pode se transformar em uma perigosa experiência (ALMEIDA, 2005).

Entre os locais de prática para o turismo de aventura, pode-se dizer que a travessia do Vale do Pati é comparável à trilha Inca de Machu Picchu, no Peru, e à trilha dos peregrinos, em Santiago de Compostela na Espanha. Apresenta um alto nível de dificuldade e é uma das trilhas mais conhecidas no circuito de *trekking* nacional, exigindo preparo físico e resistência dos praticantes. O caminho serpenteia pela Serra do Sincorá, por altitudes que oscilam entre 400 e 1400 m. O deslocamento se dá por uma trilha que liga o povoado de Guiné ao município de Andaraí em um trajeto de aproximadamente 70 km de extensão, que exige entre 4 a 6 dias de caminhada e observação de atrativos geoturísticos, tais como: vales escarpados, cachoeiras, morros, córregos e rios de águas cristalinas, cujo percurso é de maior beleza cênica na área do Parque.

4 – Desenvolvimento do Geoturismo

Com o crescimento demográfico explosivo do planeta, diminui o número de recursos e amplia-se a área de ocupação antrópica. Em consequência a este processo, as áreas

naturais são cada vez menores e o ser humano passa a ocupar terrenos mais suscetíveis (PEREIRA, 2010). A publicação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), aprovada em Paris, em 1972, representou um pacto global importante, focado na conservação da natureza e, a partir desta convenção, surgiu um conjunto de iniciativas voltadas à geoconservação.

As Ciências da Terra, principalmente a geologia, sempre tiveram uma preocupação menor com as temáticas de conservação da natureza. Por muitos anos, o trabalho dos geólogos esteve mais direcionado à exploração de recursos naturais e subsidiou a consolidação desta sociedade, tal como ela é hoje. Entretanto, com a crise mundial da mineração no final dos anos 80, e com o crescimento das demandas ambientais, as Ciências da Terra começaram a buscar o seu espaço e a sua importância nas práticas conservacionistas (PEREIRA, 2010).

Segundo HOSE (2000), o geoturismo surgiu como um novo segmento de turismo de natureza, baseado na preocupação dos geólogos em valorizar e conservar o patrimônio associado ao meio abiótico. O objetivo deste segmento consiste na utilização de feições geológicas como atração turística, que assegure a conservação e a sustentabilidade do local visitado.

A EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) define geoturismo como um segmento da atividade turística, que tem o patrimônio geológico como principal atrativo, na busca da proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio e tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das Ciências da Terra (RUCHYS, 2007).

Pode-se considerar que o geoturismo representa uma vertente investigativa do turismo, diferenciando-se do turismo convencional. Segundo GALVÃO & STEVAUX (2010), as práticas turísticas convencionais podem degradar os ecossistemas, causando danos, irreversíveis, se não existir um correto manejo das atividades. Deste modo, o geoturismo deve ser praticado por pessoas que buscam principalmente os conteúdos científicos (CAVALCANTI, 2006). Contudo, existem autores que conceituam esta segmentação como o deslocamento, dentro do padrão turístico, cuja motivação encontra-se no interesse de realização de estudos e pesquisas científicas (ALMEIDA & SUGUIO, 2011).

O geoturismo no Vale do Pati é realizado de maneira “informal”, misturando-se ao turismo de aventura, onde alguns grupos formados por pesquisadores, docentes, estudantes e público em geral praticam a atividade enfrentando um alto grau de dificuldade, principalmente no deslocamento, sempre monitorados por um guia local, e buscam a apreciação dos mais inóspitos atrativos, acessados sobre barreiras, que ultrapassam o nível aceitável no turismo convencional.

5 – Turismo Sustentável de Base Comunitária

Alguns pesquisadores apontam as populações humanas como destruidoras da natureza, pois fazem uso predatório dos recursos naturais. Contudo, existem outros que defendem a ideia de uma cultura “nativa”, tradicionalmente harmoniosa e em equilíbrio com o meio natural. Neste contexto, surgem as chamadas “populações tradicionais”, responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas atreladas à disponibilidade dos recursos

naturais e a uma economia de pequena produção mercantil. Segundo DIEGUES (1996; 1999), estes povos são definidos desta forma:

“Sociedades tradicionais são grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza. Caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente” (DIEGUES 1999, p. 20).

291

Os habitantes do Parque Nacional da Chapada Diamantina não são enquadrados na categoria de populações tradicionais, principalmente por seu caráter nômade, pois dificilmente esses habitantes se mantêm há mais de duas gerações no mesmo local. Outro fator de rejeição é a contingência da atividade econômica predominante. A forte presença do garimpo na região transformou a lavoura em uma atividade secundária e temporária, as roças eram uma espécie de apêndice do garimpo, e eram cultivadas sempre em função destes e o acompanhava em seus deslocamentos, dando origem às roças itinerantes, ainda encontradas no Vale do Pati (GUANAES, 2006).

Nesse sentido, os habitantes do Vale do Pati estão “deslocados” dos grupos étnicos normalmente inseridos em espaços naturais protegidos. Contudo, eles não estariam menos aptos a serem contemplados do que as populações consideradas “tradicionais”, portadoras de direitos reconhecidos e específicos sobre a terra. Esses “garimpeiros” vêm realizando trabalhos alternativos, dentro da área do Parque, que contribuem para o desenvolvimento dos dois segmentos turísticos abordados no trabalho: o geoturismo e o turismo de aventura.

Essas atividades, que estão interligadas e diretamente relacionadas à travessia do Vale, são realizadas com sucesso devido ao apoio técnico e logístico dessas populações, que alocam suas moradias, como locais de hospedagens e áreas de *camping*, nos quais os turistas, inclusive, utilizam de suas acomodações e cozinha para realizarem suas refeições, e assim, constituindo outra forma de desenvolvimento turístico, o de base comunitária.

Ficar hospedado e fazer as refeições nas casas dos moradores locais representa a única forma de alimentação e descanso para os aventureiros e pesquisadores que realizam a travessia. Na região vivem famílias, descendentes de antigos garimpeiros, que plantam roças e criam pequenos animais como galinhas e cabras. Nesses locais não existe energia elétrica e as acomodações são rústicas, contudo bastante eficazes e suficientes para uma noite de repouso. Calcula-se que o Parque tenha aproximadamente 700 pessoas, distribuídas em 160 famílias morando em seu interior (FUNCH, 1997). O turismo desenvolvido na Chapada Diamantina cresce proporcionalmente com a ideia de paisagem como um valor intrínseco, pois segundo ALMEIDA & SUGUIO (2010), o conceito de turismo sustentável tem como um dos princípios fundamentais a busca de equilíbrio entre o homem e natureza.

6 – Conclusões

As formas de relevo da Chapada Diamantina são responsáveis pelos belos aspectos paisagísticos que atraem a atividade geoturística, que são condicionadas tanto pelas rochas como pelas estruturas geológicas superimpostas. Desta forma, a travessia do Vale

do Pati se enquadra na forma do turismo paisagístico, com atrativos tais como: cachoeiras, corredeiras, mananciais hídricos, cavernas, grutas, cânions, balneários, entre outros. Este tipo de turismo contemplativo é concebido através do turismo de aventura e do geoturismo, sempre acompanhados pelos guias regionais e pelos habitantes locais. Apesar desses agentes possuírem um grande conhecimento da região, bem como as normas e procedimentos de segurança, ainda deixam a desejar quanto a interpretação da geodiversidade; desta forma, o geoturismo é realizado por grupos que geralmente estão acompanhados por especialistas, tais como docentes ligados a área das Ciências da Terra.

Mesmo não estando enquadrados como populações tradicionais, os habitantes remanescentes atuam como agentes turísticos, sem incentivo de empresas ou do poder público e, desta forma, buscam no geoturismo e no turismo de aventura uma alternativa socioeconômica para sua subsistência, demonstrando assim a existência do turismo de base comunitária.

Esses segmentos do fenômeno turístico estão diretamente ligados e correlacionados em um ambiente com atrativos tipicamente focados na geodiversidade e na preservação do patrimônio abiótico. Desta maneira, pode-se dizer que não somente no Vale do Pati, mas sim em todo o Parque Nacional da Chapada Diamantina, existe a necessidade da elaboração de uma política voltada à preservação, considerando seus segmentos e agentes, pois não se pode negligenciar a existência desses fatores que são de suma importância, tanto para o desenvolvimento e subsistência da comunidade local, como também para preservação do patrimônio geológico.

Baseado neste cenário, o trabalho em questão demonstrou como é realizada a atividade turística na Chapada Diamantina, principalmente no atrativo focado “Travessia do Vale do Pati”, bem como apontou a existência de pelo menos três segmentos turísticos diretamente relacionados ao desenvolvimento sustentável regional, que sirva de alternativa socioeconômica para as populações remanescentes no interior do Parque.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F. F. M. (1977) – O Craton do São Francisco. *Revista Brasileira de Geociências*. 7, p. 349-364.
- ALMEIDA, J. R. de (2005) – *Segurança no Turismo de Aventura*. 2005. 186 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade de Guarulhos.
- ALMEIDA, J. R. de & SUGUIO, K. (2010) – Turismo Sustentável na Planície Costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP). *Revista ACTA Geográfica, do Departamento de Geografia da UFRR*. Universidade Federal de Roraima. ANO IV, p. 143-158.
- ALMEIDA, J. R. de & SUGUIO, K. (2011) – Ecoturismo Científico en la Planicie Costera del Extremo Litoral Sur del Estado de São Paulo – Brasil. *Revista estudios y perspectivas en turismo*. Centro de Investigaciones y Estudios turísticos – Buenos Aires, 20, p. 1196-1213.
- BRITO, F. E. M. (2005) – Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina. Ed. EDUFBA. Salvador-Bahia/Brasil, p. 418.
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (2006) – Mapa Geodiversidade Brasil: Escala 1:2.500.000. Ministério das Minas e Energia. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Serviço Geológico do Brasil. Brasília/DF-Brasil. 68 p.
- CAVALCANTI, A. P. B. (2006) – Ecoturismo e educação Ambiental: o caso da área de proteção ambiental

- Delta do Parnaíba – Piauí/ Brasil. Anais do V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Realizado em Joinville (SC) – Brasil. <http://www.ufpi.br/cchl/uploads/arquivos/geral/turismoeducacaoambiental.pdf> (consultado em 2010.12.15).
- DIEGUES, A. C. (1996) – O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, A. C. (1999) – Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo: Relatório Final – Nupaub (USP), Probio (MMA), CNPq.
- FUNCH, R. (1997) – Um Guia para o Visitante da Chapada Diamantina: o circuito do diamante. Salvador: Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, EGBA.
- GALVÃO, V. & STEVAUX J. C. (2010) – Impactos Ambientales de la Actividad Turística en los Sistemas Fluviales: una propuesta metodológica para el Alto Curso del Río Paraná – Porto Rico (Brasil). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 19, p. 994-1010.
- GUANAES, S. A. (2006) – Meu *Quintal* não é Parque!: Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese (doutorado) em ciências sociais – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP.
- HOSE, T. A. (2000) – European Geotourism-geological interpretation and geoconservation promotion for tourists. In: Baretino, D., Wimbledon, W. A. P. & Gallego, E. (eds.). *Geological Heritage: Its Conservation and Management*. Madrid, Sociedad Geológica de Espana/ Instituto Tecnológico Geominero de Espana/ ProGeo, p. 127-146.
- INDA, H. A. V., SCHORSCHER, H. D., DARDENE, M. A., SCHOBENHAUS, C., HARALYI, N. L. E., BRANCO, P. C. de A. & RAMALHO, R. (1984) – O Craton do São Francisco e a Faixa de Dobramentos Araçuaí. In: *Geologia do Brasil. Texto explicativo do mapa geológico do Brasil e da área oceânica adjacente incluindo depósitos minerais, escala 1:2.500.000*. Coord. Carlos Schobbenhaus. DNPM. Brasília/DF -Brasil, p.196-248.
- MISI, A. & SILVA, M. D. G. D. (1996) – Chapada Diamantina Oriental – Bahia. *Geologia e Depósitos Minerais*. Salvador/BA-Brasil; Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração / Superintendência de Geologia e Recursos Minerais – Série Roteiros Geológicos, 194 p.
- NOLASCO, M. C. (2002) – Registros Geológicos Gerados Pelo Garimpo, Lavras Diamantinas – Bahia. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geociências– Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS/Brasil. 307 p.
- PEDREIRA, A. J. (1997) – Sistemas Depositionais da Chapada Diamantina Centro-Oriental, Bahia. *Revista Brasileira de Geociências*, 27, p. 229-240.
- PEREIRA, R. G. F. A. (2010) – Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia – Brasil). Tese de Doutorado em Ciências (Geologia) Universidade do Minho (Portugal), 317 p.
- RUCHKS, U. A. (2007) – Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da Unesco. Tese (Doutorado em Geologia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 211 p.
- SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P. (1828) – Viagem Pelo Brasil 1817 – 1820. Edições Melhoramentos, 3ª edição. São Paulo/SP – Brasil, II. 270 p.
- TEIXEIRA, W. & LINSKER, R. (COORD.) (2005) – Chapada Diamantina: Águas no Sertão. Textos de Teixeira, W., Pedreira, A. J., Pirani, J. R., Cordani, U. G., Li Gabue, A., Rocha, A. A. & Linsker, R. Coleção Tempos do Brasil (eds.). Terra Virgem. São Paulo/SP – Brasil. 160 p.
- UNESCO (1972) – Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Paris/ França. Disponível em: http://www.unb.br/ig/sigep/Convencao_1972.htm (consultado em 2011.05.06).